

publico.pt

“Limpeza” nos centros de saúde leva a consultas só para garantir médico

Mais de 1,6 milhões de pessoas que não vão há três anos aos centros de saúde estão a ser contactadas. Como fazer chegar a resposta não é fácil, há quem marque consulta só para não ficar sem médico **Portugal, 6/7**



AMBIENTE
CRISE NO MERCADO
DO CO2 FECHA EMPRESAS
PORTUGUESAS DO SECTOR
 Economia, 16/17

AFP

PUBLICIDADE

**VALE 20%
DESCONTO NO**

**BARRIO
PANDA**

Ver cupão na contracapa

Mexidas no salário mínimo com pouco impacto no emprego

Qual o impacto de uma subida do salário mínimo no emprego? Há estudos que salientam o efeito positivo na procura e outros o acréscimo de custos. Mas o efeito é sempre reduzido **p18/19**

Sergei Magnitski é o primeiro morto a ser julgado na Rússia

Advogado e activista político que denunciou uma rede de corrupção de funcionários e morreu na cadeia, em 2009, é agora julgado sob acusação de fraude e evasão fiscal **p22**

KLAUS REGLING, PRESIDENTE DO FEEF
INTERROMPER O PROCESSO DE
AJUSTAMENTO EM PORTUGAL
“SERIA UM ERRO HISTÓRICO”

Destaque, 2 a 5



MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO
A “PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO”
DE CAVACO SILVA “É FICAR
SEMPRE BEM NA FOTOGRAFIA”

Portugal, 8/9



PUBLICIDADE

www.imoveisbanif.pt

A sua oportunidade mora aqui

Entre e aproveite a nossa campanha de lançamento.

BANIF
 A força de acreditar



CRISE DO EURO

Interromper o processo de ajustamento em Portugal “seria um erro histórico”

Klaus Riegling, director executivo do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e do Mecanismo Europeu de Estabilidade, vários anos no FMI e outros tantos no Ministério das Finanças alemão, diz que eventuais alternativas à austeridade seriam muito piores

Entrevista
Isabel Arriaga e Cunha,
Bruxelas

Klaus Riegling foi o primeiro e único director executivo do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), que acumula desde Outubro passado com o mesmo cargo no Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) que o substitui. Economista alemão de 62 anos, fez toda a sua carreira profissional no Fundo Monetário Internacional (de 1975 a 1980 e de 1985 a 1991), em vários postos de topo no Ministério das Finanças da Alemanha (entre 1981 e 1985 e de 1991 a 1998) e enquanto director-geral dos assuntos económicos e financeiros da Comissão Europeia (de 2001 a 2008). Nos intervalos trabalhou na Associação dos Bancos alemães, no More Capital Strategy Group e enquanto consultor no KR Economics. Klaus Riegling está amanhã em Lisboa para participar numa conferência organizada pelo banco HSBC sob o tema “AAA Issuer and Investor Summit 2013” onde se proferirá um discurso intitulado “A crise do euro acabou?”

O programa de ajustamento português está a enfrentar problemas, nomeadamente no que se refere à redução do défice orçamental. Está surpreendido?

Globalmente, não diria que o programa está com problemas. O programa está a ser muito bem sucedido no que se refere à melhoria da competitividade. É bastante surpreendente ver que o défice das contas correntes quase desapareceu pela primeira vez desde os anos 1950. Isto demonstra que o programa está a funcionar. Estou consciente de que a situação é extremamente difícil para a população, as pessoas estão a perder rendimentos e o desemprego atingiu níveis recorde. Sei que há protestos e percebo o descontentamento, mas a minha resposta é que a recessão e a austeridade não vão durar sempre. As reformas são necessárias e valem a pena. Também sei que o Governo está a planear cortes adicionais da despesa, mas quer ligar estes cortes a uma reforma do sistema de despesas, o que me parece razoável. As pessoas deveriam estar conscientes de que os principais indicadores económicos estão a evoluir no bom sentido. E isso lançará as bases para um crescimento económico sólido em Portugal e uma era de prosperidade sustentável.

Até onde terá este ajustamento de ir? Portugal está no terceiro ano de um ajustamento muito duro, com consequências terríveis para a população... Infelizmente é verdade, mas é

inevitável. É insustentável no plano económico que Portugal tenha eternamente défices orçamentais de 5% do PIB, por isso o processo terá de continuar por mais algum tempo. Mas lembre-se que o que a Europa está a fazer com o programa e o financiamento do FEEF torna o ajustamento mais fácil para a população. Eventuais alternativas seriam muito piores. Portugal teria de obter financiamento no mercado a taxas de juro de 7, 8 ou 9%, o que seria mais um encargo para o orçamento. Ou poderia tentar viver sem financiamento, gastando apenas o que o Estado recebe em receitas fiscais. Nesse caso, penso que o ajustamento seria verdadeiramente brutal, muito pior do que hoje. Eu sei que a população não vê as coisas assim, mas é um facto: sem a nossa ajuda, seria muito pior.

Mas será que tem verdadeiramente sentido exigir a Portugal, Grécia e Espanha um ajustamento tão apertado num contexto de recessão económica na zona euro?

Tenho de perguntar outra vez: qual é a alternativa? É verdade que não é só Portugal. A situação na Grécia é muito mais difícil porque o país vem de um défice muito maior, e ao contrário de Portugal nem sequer tem a alternativa de conseguir dinheiro no mercado, nem mesmo quando pagava taxas de juro de 20%. A alternativa seria sair do euro e isso seria

uma catástrofe económica para a Grécia e extremamente prejudicial para a população grega.

Até que ponto é que os países afectados e a zona euro conseguirão suportar os elevados níveis de desemprego da Grécia, Espanha e Portugal?

A experiência na Europa é muito clara: o crescimento só volta e o desemprego só baixa depois da realização de reformas estruturais suficientes. Infelizmente, isso demora algum tempo. Sabemo-lo a partir da experiência de vários outros países, como o Brasil, Indonésia, Turquia ou Coreia. Todos tiveram duros programas do FMI, a população sofreu, o desemprego aumentou e os rendimentos reais diminuíram. Mas foram lançadas as bases para elevados níveis de crescimento económico de longo prazo, sólido e sustentável. Infelizmente isso leva alguns anos. É sempre a mesma sequência. Estamos conscientes das dificuldades que isso representa para muita gente. Mas a experiência mostra que não há volta a dar à redução dos rendimentos reais para alcançar um novo equilíbrio em que a economia volta a ser competitiva. Em Portugal estamos a ver os primeiros resultados positivos. Ainda não são visíveis para a população, mas os economistas que olham para o conjunto vêem-nos com clareza.

Mas a diferença face aos países que mencionou é que

LUIS MANUEL NEVES/AFP

Riegling: “O crescimento e o emprego voltarão. Mas, infelizmente, isso leva alguns anos”

os membros da zona euro não têm o instrumento da desvalorização que pode suavizar o ajustamento, como aliás foi o caso nas anteriores intervenções do FMI em Portugal. A zona euro não deveria mostrar mais solidariedade face aos países que estão a fazer um ajustamento nestas condições?

Mas há solidariedade! Sem o dinheiro dos parceiros europeus e do FMI, o ajustamento seria muito mais duro. Teoricamente, um país pode decidir sair da zona euro, mas nesse caso o ajustamento seria muito mais agressivo. Como a taxa de câmbio não está ao alcance dos países da zona euro, nós fornecemos dinheiro para suavizar o ajustamento. Mas não nos devemos enganar: mesmo a taxa de câmbio não altera o facto de que os rendimentos reais têm de encolher. Quanto mais flexíveis forem as economias – o que significa que quanto mais reformas estruturais forem realizadas – menos negativo será o impacto do ajustamento no emprego. Uma taxa de câmbio pode ajudar a suavizar, mas também pode acontecer o contrário. A Indonésia é um exemplo: em 1998 desvalorizaram a moeda em 90% mas foram longe de mais, e as dívidas em moeda estrangeira das empresas e do Governo foram multiplicadas por 10. O resultado foi a bancarrota para todos. Por isso, uma taxa de câmbio pode ser útil para alguns países, mas também há riscos, a Indonésia é o exemplo clássico disso mesmo.

Mas pensa que é possível uma união monetária sobreviver com disparidades tão grandes em termos de desempenho económico e de taxas de desemprego entre os países do centro e os da periferia?

Todos os países estão a trabalhar para reduzir as divergências, que têm sido reduzidas de forma significativa. As divergências não vão continuar eternamente. Muitos observadores fazem este erro de extrapolar de forma linear as tendências de curto prazo e por isso dizem que as diferenças continuam a aumentar. Não é verdade. O ponto de viragem foi alcançado há algum tempo: os défices das contas-correntes estão a desaparecer, os défices orçamentais também. Algumas

grandes diferenças na Europa estão a diminuir. Quando estes indicadores fundamentais tiverem sido corrigidos e os países encontrarem um novo equilíbrio sustentável, o crescimento e o emprego voltarão. Mas, infelizmente, isso leva alguns anos.

Quando é que espera que Portugal saia desta crise? Um ou dois anos, ou uma década?

Certamente não uma década. Portugal ainda não chegou lá mas está perto. Metade do trabalho na frente operacional e mais de metade no que se refere à competitividade está feito. O défice orçamental está mais pequeno – não se esqueça de que a dada altura era 10% do PIB. O défice das contas-correntes já quase desapareceu. O país está a ganhar quotas de mercado e competitividade. O esforço está a começar a dar frutos no que se refere à reputação e credibilidade do país, e um reflexo disso é a melhoria da perspectiva [outlook] da Standard & Poor's, que quebra um ciclo negativo. Por tudo isto, por que é que seriam precisos mais 10 anos para fazer o que falta? Eu vejo mais dois a três anos de ajustamento. Infelizmente, para as pessoas poderem senti-lo poderá demorar mais tempo. Mas como mais de metade do esforço está feito, seria um erro histórico não concluir o processo.

A crise do euro já acabou?

Quais são os maiores riscos que pesam agora sobre o euro?

Não, ainda não acabou, mas os riscos tornaram-se muito mais pequenos. Há seis ou nove meses, os mercados pensavam que o euro iria desaparecer, e hoje esse estado de espírito desapareceu. Uma das razões é que os mercados vêem que o ajustamento está de facto a dar resultados, e que a Irlanda, Espanha e Portugal estão a começar a regressar ao mercado [da dívida]. E mesmo no caso da Grécia, os mercados vêem que o país permanecerá na zona euro. Há um ano muita gente pensava que não seria o caso. Há quatro coisas que impressionam os mercados. A primeira é o significativo ajustamento nacional, orçamental e estrutural. A segunda, é que temos agora regras muito melhores em termos de coordenação das políticas económicas na zona euro. A terceira é que os bancos

na Europa estão mais fortes do que há um ano, ainda não estão livres de perigo, mas estão mais fortes. E quarto, é que as lacunas que existiam na arquitectura institucional da zona euro foram colmatadas com [os mecanismos de socorro] o FEEF, o MEE, e também o compromisso assumido pelo Banco Central Europeu (BCE) sobre o OMT [Outright Monetary Transactions]. Estes quatro avanços aconteceram no último ano. O que significa que há uma razão para os mercados estarem mais calmos, não é por acaso. O OMT foi talvez o factor que espoletou a mudança do estado de espírito, mas não foi o único. Para mim, os outros elementos são igualmente importantes.

Ficou surpreendido com os resultados obtidos pelo primeiro ministro italiano Mario Monti nas eleições legislativas, e pela votação importante conseguida pelos partidos antieuropeus e antiausteridade?

Temos 17 democracias na zona euro e aceitamos os resultados das eleições. Cabe à Itália apresentar soluções e tenho a certeza que a Itália o fará. Mas ao contrário de vários comentadores, não vejo este resultado como antieuropeu, pelo contrário, o partido mais votado não é antieuropeu. Não sei quais são as razões deste resultado. Uma hipótese que oiço é que é um voto contra a austeridade. Mas mesmo que seja verdade, qual é a alternativa? Deixar a dívida pública continuar a aumentar? Isso sufocaria a economia italiana a um ponto em que nunca mais haveria crescimento, e o fardo para as gerações futuras seria insuportável.

Qual é o sentido de haver eleições, se as pessoas não têm o poder de mudar as coisas?

Há alguns princípios económicos que podem ser violados durante algum tempo, mas não sempre. Um desses princípios é que dívidas excessivamente elevadas acabam por provocar sérios problemas económicos. Esse princípio não pode ser alterado através de nenhum resultado eleitoral. Além disso, há regras orçamentais europeias que foram adoptadas por votação unânime, incluindo o voto do Governo português, que prevêm um determinado tipo de passos. Estas regras determinam →

CRISE DO EURO

a velocidade a que os défices têm de ser reduzidos até um nível normal e depois até ao equilíbrio orçamental, e como é que este processo se faz. A velocidade é acordada ao nível europeu, mas as medidas para o conseguir são decididas pelos Governos. É possível alterar algumas das medidas. Mas na UE, temos algumas regras. E os países que decidiram partilhar uma moeda têm regras mais apertadas por muito boas razões. Não podemos ter uma moeda com cada país a fazer o que quer, é impossível. Ser membro de uma união monetária significa que há constrangimentos na definição das políticas nacionais.

Isso significa que, se um país quiser mudar de rumo, tem de sair do euro?

Não o recomendo, de todo. Os custos económicos seriam gigantescos. O país em causa e a sua população sofreriam de forma tremenda. É muito melhor aplicar as reformas que Portugal está a aplicar agora com grande coragem. Isso cria a base para um crescimento sustentável, emprego e prosperidade no futuro.

Os países que garantem o FEEF e o MEEF estão a perder dinheiro com os empréstimos aos países sob assistência financeira?

Não, não estão. Mas aceitaram assumir um risco. Normalmente quando se assume uma garantia recebe-se um prémio por isso. Mas isso já não acontece nos nossos empréstimos para Portugal e para os outros países. Acontecia no início, mas foi rapidamente abandonado porque quisemos ajudar os países a alcançar rapidamente a sustentabilidade. Agora o princípio é que ninguém ganha dinheiro nem ninguém perde dinheiro. Apenas temos agora a primeira pequena exceção a esta regra no caso da Grécia. As decisões tomadas no fim do ano passado levam a uma pequena perda para os países garantes dos empréstimos. Mas é a primeira vez que isso acontece, e os montantes em causa são relativamente pequenos.

Isso também acontecerá com o prolongamento dos prazos de reembolso dos empréstimos [do FEEF e do MEEF] a Portugal e Irlanda?

Não sabemos o que vai ser



“Portugal tem feito bons progressos. Mas reformas têm de continuar”

decidido. Mas tenho a certeza de que as opções que a *troika* [de credores internacionais] vai analisar não representarão uma perda para os países que garantem os empréstimos. Se vier a ser acordada, uma extensão das maturidades será feita de forma a não provocar perdas

nem ganhos. Para o FEEF, e o MEE é igual, cobramos os juros que temos de pagar quando levantamos dinheiro no mercado, ou seja, cobramos os nossos custos de financiamento. Portugal e a Irlanda ganharão no sentido em que terão a nossa fonte de financiamento barato durante

um maior período de tempo, continuarão a beneficiar durante mais tempo da boa notação financeira do FEEF e pouparão dinheiro. É um ganho para os dois países, mas isso não significa uma perda para os outros.

A solução poderá ser um prolongamento das maturidades para alguns dos empréstimos mas antecipação de outros, de forma a que a duração média dos empréstimos fique inalterada?

Não sabemos que opções é que serão adoptadas. Esse é um modelo que representaria um pequeno benefício para os dois países. Mas penso que os Governos em Portugal e Irlanda têm em mente uma extensão da duração média dos prazos.

Mesmo se os países que garantem os empréstimos não estiverem a ganhar dinheiro, de facto estão a beneficiar com a crise porque atraem grandes fluxos de capital barato que permitem o financiamento da economia a preços muito inferiores aos da periferia...

Mas isso não acontece por causa dos programas [de ajuda], acontece por causa da crise. E se a crise piorar, beneficiarão ainda mais. Por isso, ao mostrarem-se solidários fornecendo financiamento, estes países atenuam esse efeito.

Mas como é que os países periféricos conseguirão sair da crise se as suas empresas têm de pagar juros de 8 ou 9% para se financiarem quando as do Centro da Europa pagam por vezes quase zero?

Esta diferença, injustificada, no custo do financiamento das empresas dentro da zona euro desaparecerá quando a crise estiver ultrapassada. É por isso que é importante que o ajustamento prossiga. A acção do BCE também tem ajudado a reduzir esta diferença.

Como é que vê a saída de Portugal do programa de ajuda? Com uma linha de crédito de precaução do MEE e o apoio do OMT do BCE?

Estas opções estão disponíveis, mas talvez não sejam necessárias. Neste momento, as taxas de juro baixaram muito e Portugal conseguiu dar os primeiros passos de regresso aos mercados. Se Portugal for bem sucedido em novos passos de volta aos mercados poderá não precisar de um novo programa.

Mas para ter a protecção do MEE, Portugal precisará de pedir um novo programa?

Sim, isso implica um novo programa.

Esse novo programa terá os mesmos procedimentos que o actual, como o controle da *troika* e as missões de avaliação?

O processo é comparável. Mas um programa de precaução é diferente porque não passará necessariamente por levantamento de fundos. Mesmo assim, será preciso acordar um processo político e condicionalidade. Mas essa condicionalidade será muito mais ligeira porque não será um programa de ajustamento macroeconómico pleno.

Acredita que Portugal conseguirá um regresso pleno ao mercado dentro de um ano?

Sim, é uma possibilidade real porque Portugal tem feito bons progressos. Mas as reformas têm de continuar.

Quatro siglas na crise europeia

FEEF Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF na sigla inglesa) é o primeiro fundo criado em Maio de 2010 para socorrer os países do euro que não conseguem financiamento no mercado da dívida. Dotado de um montante total de 750 mil milhões de euros, é um dos fundos (em conjunto com o MEEF) que financia os programas de assistência financeira a Portugal, Irlanda e parcialmente à Grécia. No caso de Portugal, fornece empréstimos de 26 mil milhões do montante total de 78 mil milhões do programa português. O MEEF e o FMI fornecem os restantes 26 mil milhões cada um. Os montantes dos empréstimos fornecidos pelo FEEF são garantidos pelos outros membros do euro e obrigam os países beneficiários a assumir uma condicionalidade estrita mediante um programa de ajustamento económico e financeiro.

MEEF Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira

(EFSM na sigla inglesa), é um fundo complementar do FEEF que foi criado igualmente em Maio de 2010 para assistir financeiramente os países em crise de liquidez. Tal como o FEEF, os fundos que empresta são levantados no mercado mediante uma garantia do orçamento da União Europeia (UE) até um montante total de 60 mil milhões de euros.

MEE Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM na sigla inglesa), é o novo fundo de socorro permanente que foi entrado em funcionamento em Outubro passado. Substituirá por completo o FEEF e o MEEF (fundos provisórios) a partir de Junho deste ano. Será dotado de um capital subscrito pelos países do euro até 700 mil milhões de euros que permitirá empréstimos aos países do euro até 500 mil milhões de euros. Já está a assegurar o cerca de 40 mil milhões de euros empréstimos à Espanha para a recapitalização dos seus bancos.

O MEE poderá emprestar fundos a países com crises de liquidez ou para o reforço de capital dos seus bancos, comprar dívida dos Estados atacados pelos especuladores no mercado primário (na emissão pelos Governos) ou secundário (nas transacções entre privados) ou fornecer linhas de crédito de precaução. A condicionalidade associada é a mesma que para o FEEF.

OMT (Outright Monetary Transactions), é o novo programa do Banco Central Europeu (BCE) de compra de dívida pública dos países atacados pelos especuladores. Anunciado no Verão passado, ainda não foi accionado, mas a sua existência contribuiu, e muito, para a acalmia dos mercados financeiros registada desde então. Para poderem beneficiar desta protecção, os países beneficiários terão de pedir a ajuda do MEE e assumir a condicionalidade associada.

I.A.C.